



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social / Sub. Eixo: Formação Profissional

**Questão agrária e serviço social: desafios no reconhecimento da
matéria profissional no espaço rural**

Mailiz Garibotti Lusa¹

Resumo: Este trabalho trata sobre a questão agrária e o espaço rural enquanto objeto de trabalho profissional e a conseqüente necessidade de abordagem na formação profissional. Visa sinalizar dialeticamente os processos constitutivos do capitalismo no campo, as potencialidades revolucionárias deste espaço e a necessidade de superar certa invisibilidade da questão agrária como portadora de fundamentos para a formação profissional no serviço social brasileiro. Configura-se como um ensaio teórico de caráter exploratório, fundamentada no método crítico dialético. Ao final, sinaliza a necessidade de aprofundar a abordagem da questão agrária como constituinte da formação balizada no Projeto Ético Político profissional.

Palavras-chave: Questão agrária; espaço rural; serviço social; formação profissional.

Abstract: This paper deals with the agrarian question and the rural area as object of professional work and the consequent need of approach in the professional formation. It aims at dialectically indicating the constitutive processes of capitalism in the countryside, the revolutionary potentialities of this space and the need to overcome a certain invisibility of the agrarian question as a basis for professional training in the Brazilian social service. It is configured as an exploratory theoretical essay, based on the critical dialectical method. At the end, it points out the need to deepen the approach to the agrarian question as a constituent of the formation established in the Professional Political Ethical Project.

Key-words: Agrarian question; rural areas; social work; professional qualification.

1. APRESENTANDO A DISCUSSÃO

O debate sobre o modo de produção capitalista e seus determinantes no espaço rural tem timidamente adentrado a profissão, mas também as políticas públicas, os espaços e as

¹ Professora Adjunto IV do Departamento e Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social. Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Brasil. mailiz@ufrgs.br.



políticas de governo, ainda que com uma perspectiva ultra conservadora e de eliminação da classe trabalhadora que luta e resiste no campo.

Aos poucos, a profissão começa a debater os determinantes sócio históricos da realidade agrária, as expressões da questão social no campo e as repercussões deste conjunto de elementos na vida dos sujeitos que vivem e trabalham neste espaço. Assim, entra em pauta a indissociabilidade entre campo e cidade, embora não tão evidenciada nas pesquisas e produções, bem como na formação do Serviço Social brasileiro.

É nesse quadro que este trabalho é proposto, com objetivo de sinalizar dialeticamente os processos constitutivos do capitalismo no campo, as potencialidades revolucionárias deste espaço e a necessidade de superar certa invisibilidade da questão agrária como portadora de fundamentos para a formação profissional no serviço social brasileiro.

Trata-se de um ensaio teórico de caráter exploratório, que sintetiza os elementos essenciais os quais justificam a necessidade de conferir visibilidade para a questão agrária, o espaço rural e as demais expressões da questão social que perpassam este lugar, a fim de defender o fortalecimento da sua abordagem transversal na formação profissional. Sua elaboração foi fundamentada no método crítico dialético, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental.

O desenvolvimento do artigo está organizado em três seções, que tratam respectivamente sobre a relação campo e cidade e a propriedade da terra; a questão agrária e sua relação com o serviço social, apontando fundamentos para uma abordagem profissional; problematizando, por último, a formação profissional e a invisibilidade rural. Ao final, apresentam-se notas inconclusivas que sinalizam a necessidade de aprofundar a abordagem da questão agrária como constituinte da formação crítica em Serviço Social, pautada no Projeto Ético Político profissional.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL

2.1 A relação campo e cidade e a propriedade da terra

Não é incomum a compreensão de que o espaço rural é um ‘mundo à parte’ da cidade e que somente o espaço urbano é representativo da sociedade capitalista. Por vezes, acredita-se com certa segurança que o campo e a cidade são espaços totalmente diferentes o que contribui para uma compreensão equivocada de que há desconexão, desarticulação dos processos e das relações sociais. Esta cultura da fragmentação societária entre campo e cidade não foi construída ao acaso, pelo



contrário, ela foi elaborada para ter funcionalidade ao capital, pois, quando se fragmentam os processos entre campo e cidade, criam-se fraturas em um terreno que, no seu conjunto, poderia ter significativa força para a transformação das estruturas societárias.

Mas, quais seriam os principais elementos constitutivos do espaço rural, que confeririam tamanha potencialidade revolucionária, ou, no seu reverso, colaborariam para a erosão das bases revolucionárias? O principal deles é a relação com a terra e o seu significado enquanto propriedade privada nesta sociedade. A consideração da terra como mercadoria produz implicações diretas para o acesso e uso da terra, especialmente no espaço rural, onde trabalho, produção e modo de vida resultam dessa relação.

No campo, de forma ainda mais determinante que na cidade, a propriedade fundiária significa a possibilidade de exploração direta da terra e de geração de renda, inclusive fundiária, e/ou de mais valia, a depender do que se estabelece e do que se produz sob a terra. É a relação com a terra no campo que determina os lugares e papéis dos indivíduos sociais, o que traz consequências para a cidade: desde o militante de uma ocupação agrária, o posseiro, o agricultor camponês, os povos tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, os extrativistas do cerrado e das florestas – o agricultor familiar, o agricultor capitalizado, o capitalista agrário e o latifundiário, todos vivem da sua relação com a terra e daquilo que é produzido sobre ela. Este é o ponto chave para compreender o campo e sua relação com a cidade: a propriedade da terra e os processos produtivos e relações sociais que se desenvolvem a partir da propriedade, posse, acesso e uso dela.

Por isso, o espaço rural, a questão fundiária² e os processos produtivos no campo são determinantes para a configuração da estrutura societária do capitalismo desenvolvido no Brasil. Há décadas isso é afirmado por quem se dedica a estudar o campo, sua indissociabilidade com o capitalismo, a relação da questão agrária com a constituição do Estado e as classes sociais, possibilitando afirmar, por exemplo, que as origens do Estado brasileiro são agrárias (IANNI, 1984).

Por tais motivos, não é exagero considerar que

A economia brasileira é preponderantemente agrária. Aliás, o Brasil e o Estado brasileiro têm origens agrárias. As marcas rurais na sua economia começam, pelo menos, com a ocupação colonial lusitana e predominam como carro-chefe até as

² Não sendo possível desenvolver a discussão acerca do conceito de questão fundiária, apenas sintetiza-se a compreensão de que a questão fundiária envolve tanto a propriedade, quanto as formas de acesso e uso da terra.



primeiras décadas do século XX. Mesmo quando a economia agrária dá sinais de desaceleração, enquanto a economia industrial passa a ocupar o primeiro posto, a produção agrícola continua presente, oferecendo os aportes para que a industrialização ocorra e traga resultados positivos à balança comercial (LUSA, 2012, p. 31).

Em outras palavras, “isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória”. Isso porque é notória a existência de um todo “[...] aonde a diferença entre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um e a indústria, o comércio etc. em outro), vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (boia-fria) do campo” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 14). Esta presença é também do camponês pobre, que acessa os serviços e equipamentos sociais na cidade, ou o agricultor familiar que movimenta o comércio local e contribui para a reprodução social das classes quando comercializa seus produtos. Em tempos de capitalismo financeiro também são os vários sujeitos do campo – desde aquele totalmente destituído de propriedade ou posse de terra, até o latifundiário – que movimentam o sistema bancário (especulativo e portador de juros) quando recebem benefícios da seguridade social, fazem financiamentos de todas as ordens de valores, pagam contas, depositam suas pequenas ou grandes economias entre outras questões.

Destarte, um primeiro pressuposto necessário na discussão que ora se estabelece é que há uma relação de articulação dialética entre campo e cidade, que se constituem como espaços indissociáveis dentro da dinâmica societária capitalista, cada qual com suas particularidades a compor a totalidade da sociedade capitalista brasileira, inclusive no plano das ações com potencialidade transformadora.

2.2 A questão agrária e o serviço social: fundamentos para uma abordagem

Esta indissociabilidade evidencia-se ainda mais no atual estágio de capitalismo financeiro e de um Estado ultraliberal, que segue o *lobby* ruralista, inclusive, e intensifica as medidas de ajustes fiscais instituídas há mais de dez anos sob o comando do capital internacional e das agências multilaterais.

É sobre o Brasil agrário que se edificam as estruturas social e política da nação. A permanente reiteração do poder político que emana da propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucos desde quando começou a ser distribuída arbitrariamente pela Coroa Portuguesa, é seu traço fundamental. Da mesma forma, foi determinante o objetivo que a Coroa tinha para a colônia: a exploração das riquezas naturais, começando pelo extrativismo e fixando-se, logo em seguida, na monocultura (LUSA, 2012, p. 30).



Em outras palavras, ontem e hoje, “todos os principais aspectos da questão agrária revelam que, assim como a cidade vai ao campo, o campo vai à cidade. O caminho de ida é sempre o caminho de volta; revolta” (IANNI, 1984, p 253). É na concreticidade que envolve o espaço rural em correlação direta com o espaço urbano e com a questão ambiental, que se encontra o conjunto de elementos que constituem o que se convencionou denominar por questão agrária. Isso “significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa igualmente pela necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004, p. 15).

Todavia, antes de partir para a discussão do conceito de questão agrária, propriamente dito, é necessário apontar que o reconhecimento da indissociabilidade entre campo e cidade ainda não é suficientemente trabalhada pelo Serviço Social e que a ausência de uma abordagem objetiva sobre ela durante a formação profissional é uma das causas que dificulta o reconhecimento das expressões da questão agrária como objeto profissional pelo assistente social. Neste sentido, a articulação dialética entre campo e cidade configura-se como um dos ‘nós’ que precisam ser tratados na formação profissional.

Para adentrar na discussão da questão agrária é imprescindível considerar o conjunto de elementos que lhe são constitutivos. Isso será feito sob a ótica da totalidade, que deriva da perspectiva adotada neste estudo, qual seja o materialismo histórico dialético marxista.

Sobre a natureza da questão agrária nas últimas duas décadas (1990-2010) [...], o enfoque, de pensadores marxistas, críticos, analisa que **a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental**. Esses problemas aparecem no elevado índice de **concentração da propriedade da terra** – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; no elevado índice de **concentração da produção agrícola**, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das Commodities agrícolas e exportadas; na **distorção do uso de nosso patrimônio agrícola**, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; na **dependência econômica externa** à que a agricultura brasileira está submetida, por causa do **controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais**; e na **subordinação ao capital financeiro**, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura. Do ponto vista social, percebem-se esses problemas na **extrema desigualdade social** que essa estrutura econômica gera no meio rural brasileiro, onde existem **7 milhões de pessoas que vivem ainda na pobreza absoluta e 14 milhões de adultos analfabetos**. O programa Bolsa Família, distribuído para 11 milhões de **famílias que passam necessidades alimentícias**, é revelador da tragédia social no país. Além disso, **a maioria dos jovens que vive no meio rural não tem acesso ao ensino fundamental completo (oito anos), nem ao ensino de nível médio e muito menos ao ensino superior**. Há, também, um enorme **passivo ambiental resultante da forma predadora da exploração capitalista** na agricultura brasileira, que **degrada o solo e contamina rios e**



lençóis freáticos, além de desmatar sem nenhum controle, desrespeitando inclusive as leis ambientais do Código Florestal (STÉDILE, 2012, p. 644-645. Grifos nossos).

Todos estes e outros elementos constitutivos da questão agrária no Brasil são manifestações do que o Serviço Social brasileiro reconhece como 'expressões da questão social', donde resulta a compreensão de que a questão agrária é uma dentre tais expressões. Neste sentido, a questão social se configura como uma categoria teórico-analítica mais ampla que abarca, inclusive, a agrária sem lhe retirar as particularidades resultantes do espaço rural/agrário e as sobreposições diretas e indiretas com as expressões manifestadas no espaço e processos urbanos.

O problema é que esta forma de compreender a questão agrária encontra sérios entraves no Serviço Social brasileiro. Não obstante haja hegemonia da matriz teórico metodológica crítica, fundamentada no pensamento marxiano a orientar a produção do conhecimento, a formação e o trabalho profissional do assistente social, no mais das vezes se compreende de forma simplista a questão agrária apenas como 'uma' das expressões da questão social, relativa à propriedade da terra, à luta pelo seu acesso e alguns outros aspectos, entendendo-os exclusivos de quem vive no espaço rural e desconectados com a cidade e os processos urbanos.

Autores indicam que este é um grande equívoco profissional, o qual resulta do desconhecimento da complexidade que envolve o conjunto das expressões da questão agrária, associado ao desconhecimento sobre como ela se relaciona de modo também indissociável com a questão urbana e ambiental (LUSA, 2012; SANT'ANA, 2014). Outros pesquisadores também expressaram alerta semelhante ao dizerem que

A dificuldade na apropriação do referencial marxiano é algo bastante complexo e ultrapassa a temática deste trabalho. Esta problematização inicial está sendo feita porque o debate sobre **a questão agrária como particularidade da questão social situa-se no bojo da discussão da perspectiva de totalidade** que o referencial marxiano pressupõe. É a partir do entendimento do real como totalidade complexa composta por múltiplas determinações (MARX, 1982) que o profissional de Serviço Social poderá apreender a questão social em suas mediações concretas com a universalidade posta por este contexto social, as quais incluem particularidades e configurações que são geradas em diferentes espaços resultantes dos embates dos diversos segmentos de classe, inclusive os decorrentes das relações de trabalho no meio rural (SANT'ANA, 2012, p. 151. Grifos nossos).

Fica posto que um dos maiores desafios na materialização da análise de referencial marxiano é o distanciamento entre compreender teoricamente a categoria totalidade e tomá-la na sua concretude analítica relacionada à materialidade constitutiva do cotidiano social dos sujeitos. Este distanciamento indica que há uma fragmentação no processo de reflexivo, que leva do real para o abstrato e



novamente devolve para a realidade já pensada. Tal 'fragmentação de processo analítico' é causa para a fragmentação na leitura objetiva e totalizante da realidade. Por consequência, a realidade concreta é particionada em 'caixinhas' isoladas, contribuindo para a separação entre campo e cidade e, portanto, para o desconhecimento da questão agrária.

Mas, este não é um problema exclusivo do Serviço Social. Não é privilégio desta área o desconhecimento de que a questão agrária é determinada e determinante do/para o modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil, sendo, portanto, determinante da realidade social. A ótica fragmentada tem funcionalidade para a manutenção da ordem econômica instalada no Brasil. Por isso, por exemplo, justificava-se ainda na metade do século XX que o modelo de desenvolvimento brasileiro fosse calçado no tratamento diferenciado para aquilo que se chamava de dois 'Brasis'. Note-se que, mais ou menos a partir da década de 1950,

[...] Inicia-se um intenso debate político em torno da modernização da agricultura brasileira, até então considerada como o símbolo do atraso econômico do país, das relações sociais arcaicas, e também responsável pelas condições de miséria da grande maioria dos trabalhadores. A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização. O Brasil era visto, na realidade, como sendo **dois Brasis**: o moderno, correspondente ao urbano, e o atrasado, correspondente ao rural (SILVA, 2004, p. 20. Grifos do autor).

A contribuição da autora evidencia que a fragmentação campo e cidade sempre foi e continua sendo extremamente funcional para o capital, para a manutenção do modo de produção capitalista e para aportar as bases de atuação do Estado burguês através dos três poderes. No entanto, é preciso estar atentos, pois também há perspectivas de análise do espaço rural que, embora travestidos de uma discussão crítica e embasada na realidade atual, são igualmente funcionais para o capital.

Trata-se das reorientações paradigmáticas sobre o espaço rural e os processos produtivos no campo, que começam a aparecer a partir dos anos 1990 e passam a dar suporte para as análises e atuação do Estado brasileiro nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e seguintes. Tais reorientações defendem a existência de um 'continuum' rural e urbano, que massifica pela lógica produtivista os processos produtivos e as relações sociais no campo e na cidade. Ao destituírem as particularidades destes espaços, tais paradigmas também inserem fraturas nos processos de luta e resistência, pois desconsideram a análise de categorias e processos sociais mais amplos, como a existência de interesses contraditórios de classe no campo. Assim, tais



reorientações cumprem os objetivos das agências internacionais, uma vez que passaram a orientar as políticas de desenvolvimento agrário do país, incluindo as políticas sociais para o campo. Essas orientações

[...] se apoiam no ideário do novo modelo de desenvolvimento agrário, com base na tese de que o meio rural brasileiro não pode mais ser caracterizado como essencialmente agrícola [...]. Essas clivagens interpretativas tomam por base as expressões das transformações do capitalismo contemporâneo, comandadas pela reestruturação produtiva, no sentido de identificar as novas manifestações da questão social, suas dimensões no mundo da produção e da reprodução social. [...] A rigor, sob essa perspectiva, presume-se que a substituição da concepção da realidade rural enquanto “processos sociais agrários” leva a reducionismos sobre a compreensão da realidade rural, antes explicada por noções mais amplas acerca dos fenômenos rurais, tais como: “propriedade da terra”, “estrutura fundiária”, concentração da terra, “desapropriação”, “contradições cidade-campo” (LUSTOSA, 2012, p. 20; 23).

Exemplo disso está em um material de análise sobre a questão agrária no Brasil³, reunidos sob a forma de Cadernos de Ciclo de Debates promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004, já sob a batuta dos governos petistas, tendo Luís Inácio Lula da Silva como presidente e Miguel Rossetto como Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Este material é exemplificativo, pois denota as linhas pelas quais a reforma agrária passava a ser executada no Brasil, qual seja, o viés do desenvolvimentismo social que buscava a colocação do Brasil num dado lugar de destaque na economia capitalista internacional. Num dos fragmentos do texto afirmava-se que

O diagnóstico do PNRA⁴ adotado pelo governo atual identifica **a problemática agrária brasileira como promotora de um duplo desemprego – da força de trabalho rural e das terras improdutivas** controladas pelo latifúndio. Isto, por um lado, descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas. E por outro lado permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriada pelo latifúndio. [...] **Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária**. Sua tradução ao âmbito político, não é, contudo assunto resolvido. O próprio governo que adota o PNRA e subserve seus diagnósticos, promove por outro lado uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura. Isto se dá nos moldes do “ajustamento estrangido”, previamente analisado (DELGADO, 2004, p. 67-68).

Mais adiante, afirma-se ainda na mesma reflexão:

O produto potencial nos termos em que aqui se o apresenta é uma conjectura teórica essencial à Reforma Agrária. **Sua concretização requer a mobilização dos recursos produtivos ora descartados pelos mercados**. Requer também a criação de um polo institucional de demanda para esta produção, ou parte dela, que garanta a realização dessa produção. [...] **Uma proposta de reforma e do desenvolvimento rural que enfrente a Questão Agrária atual requer a desmontagem das condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio**: (a) frouxidão da política fundiária; (b) restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; (c) restrição à incorporação da massa de

³ Este material foi produzido por intelectuais das principais universidades públicas de São Paulo, reconhecidos como estudiosos críticos sobre o campo e a questão agrária, tais como o Prof. Tamás Szmrecsanyi, do Instituto de Geociências da UNICAMP, o Prof. Guilherme Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Prof. Pedro Ramos, do Instituto de Economia da UNICAMP.

⁴ Trata-se do Plano Nacional de Reforma Agrária construído em 2003 no primeiro governo de Luís Inácio.



trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural (DELGADO, 2004, p. 70-71).

É perceptível a identificação de que o problema relativo à questão agrária era a 'dupla improdutividade', tanto da força de trabalho, quanto das terras e que o seu enfrentamento deveria ser feito pela mobilização de recursos produtivos, ainda que sob o pressuposto viés crítico de desmonte dos interesses do agronegócio.

Neste sentido, a proposta de reforma agrária defendida deveria estar diretamente associada ao desenvolvimento rural e requeria uma maior rigidez da política fundiária; eliminar a restrição da demanda interna a fim de aquecer o conjunto da economia e, junto com isso, adotar medidas que pudessem incorporar neste projeto de desenvolvimento rural defendido a massa dos trabalhadores do setor de subsistência.

Portanto, o reconhecimento da questão agrária e o seu enfrentamento por alguns anos passou pelo viés do desenvolvimentismo social voltado para tentar inserir o Brasil num lugar de destaque na economia capitalista internacional. Assim, a crítica propositiva para o enfrentamento da questão agrária se fazia dentro da ordem e sem tratar com maior vigor a histórica apropriação fundiária indevida, geradora das gritantes desigualdades no campo e na cidade.

O conjunto destas breves considerações aponta que, tanto para o Serviço Social, quanto para outras áreas de conhecimento e profissionais permanece como desafio o reconhecimento e análise crítica da realidade que envolve campo e cidade, numa perspectiva de totalidade, que seja potencializadora de processos de transformação social e não de manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista urbano centrado.

Entende-se que a análise da questão agrária como expressão da questão social, cuja questão fundiária configura-se como elemento central, é um passo essencial para se romper, tanto com a perspectiva fragmentada de análise campo-cidade, quanto com aquela que associa a um único processo o campo e a cidade, destituindo-lhes das suas particularidades (perspectiva do continuum rural-urbano ou rurbano). Tanto uma quanto a outra contribuem para que o Serviço Social não se reconheça em seu papel no enfrentamento da questão agrária sob a perspectiva de transformação da estrutura societária.

Por isso, é preciso conferir visibilidade “[...] à discussão das particularidades que definem e dão diferentes contornos para os outros eixos de dominação e



opressão vigentes em nossa sociedade e que permeiam o trabalho profissional” (SANT’ANA, 2012, p. 150), tais como as particularidades do campo em suas distintas ruralidades. Para que isso ocorra, um dos primeiros passos é o reconhecimento da particularidade fundamental que define os processos societários no campo: a questão da terra. Isso quer dizer que é necessário tomar como premissa que a maioria das expressões da questão social no campo, ou da questão agrária, decorre fundamentalmente do que se sintetiza como ‘questão fundiária’, a qual envolve tanto a propriedade e posse, quanto as formas de acesso e uso da terra.

Assim, um segundo pressuposto é que a questão fundiária é a base para poder reconhecer e analisar o espaço rural, o que confere uma particularidade em relação à cidade, onde a questão fundiária é importante, mas ainda consegue ser contornada pelo grande capital, o qual, ainda que não detenha títulos de propriedade da terra, consegue constituir sobre ela processos produtivos.

É interessante perceber que a questão fundiária no campo encontra correlação direta com: (a) a constituição dos processos produtivos urbanos; (b) com a consolidação e o desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial – pois a acumulação primitiva de capital que deu origem ao ‘capitalismo nos moldes brasileiros’ ocorreu no campo desde o período colonial –; (c) com a configuração do Estado burguês e as relações políticas no Brasil; (d) com a definição do ordenamento legal; e, finalmente, (e) com o desenvolvimento das políticas públicas para o campo e para a cidade, entre outros.

Considerando que a questão fundiária é um dos componentes da questão agrária, amplia-se ainda mais o leque das determinações do capitalismo no campo que exigem considerar a articulação dialética entre campo e cidade para o reconhecimento das expressões da questão social, matéria profissional do Serviço Social.

2.3 Formação profissional e a invisibilidade rural

O terceiro pressuposto deste estudo remete à necessidade de identificar que um dos dilemas no reconhecimento das requisições profissionais decorrentes da matéria profissional é a invisibilidade do espaço rural e as demandas institucionais



dos sujeitos do campo⁵. Isso significa apontar, para o próprio Serviço Social, a existência da “tendência a considerar a sociedade brasileira numa ótica meramente urbana. Dificilmente, em nossos debates, os processos sociais agrários aparecem articulados à questão urbana, correndo o perigo de reincidirmos no velho dualismo rural-urbano” (IAMAMOTO, 2007, p. 152). Sinaliza-se, com isso, certo distanciamento do Serviço Social com os processos que vão ocorrendo no espaço rural, o que leva ao perigo de invisibilizar as demandas provenientes daquele espaço, ainda que elas apareçam predominantemente nos serviços e equipamentos de atendimento localizados no espaço urbano (IAMAMOTO, 2008-b; 2014; LUSA, 2011; 2012; NUNES, 2018).

Outra vez reside aqui uma importante denúncia sobre o entendimento equivocado do rural como um lugar isolado do restante da sociedade, o que traz por consequência uma compreensão desarticulada dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade, que resultariam na distinção objetiva entre a questão urbana, agrária e ambiental, sendo que muitas vezes apenas as expressões da primeira são reconhecidas como manifestações da questão social.

Isso é evidenciado, inclusive, quando se observam as insipientes investigações que tratam sobre o espaço rural, as ruralidades e a questão agrária. Há dificuldades para apreender a mediação entre questão agrária e serviço social, por exemplo. Isso se torna visível, pois “[...] as pesquisas que tratam de temática agrária raramente tratam do serviço social; mesmo a profissão tendo um caráter terminantemente interventivo, as publicações sobre este tema enfocam resultados de pesquisa e só ocasionalmente trazem relatos de experiências nesta área”. Por isso, é mais do que necessário admitir que “a relação entre questão agrária e social não é algo que a profissão tenha conseguido produzir grandes acúmulos teóricos, e isto está expresso na forma restrita como a questão agrária é entendida nos congressos da categoria: são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural” (SANT’ANA, 2012, p. 150).

⁵ É necessário registrar que a invisibilidade citada refere-se especialmente ao debate do Serviço Social brasileiro. No âmbito amplo das ciências sociais e humanas não se pode fazer a mesma referência. “O debate sobre a questão agrária no Brasil tem uma trajetória história de longas datas, temas, este, tratado por uma farta literatura e abordagens sob diferentes matizes teóricas. Na sociedade contemporânea, precisamente a partir dos anos 90, com o advento das recentes transformações capitalistas emerge, no país um conjunto expressivo de mudanças nas interpretações sobre a racionalidade do padrão de desenvolvimento rural, resguardadas aí, as convergências e divergências” (LUSTOSA, 2012, p. 19).



Neste sentido, há que se indagar porque esta abordagem é tomada como uma questão periférica para a profissão, como se fosse apenas mais um efeito das contradições do capitalismo e não como um elemento estruturante do modo de produção? Há de se indagar ainda se “a questão agrária não está presente no cotidiano do Serviço Social porque este atua quase predominantemente em âmbito urbano? E como ficam os embates da relação capital/trabalho decorrentes do modelo de desenvolvimento agrário que se expressam na cidade?” (SANT’ANA, 2012, p. 151).

É tarefa difícil, porém necessária, o auto reconhecimento de que o Serviço Social possui uma importante lacuna na análise dos processos societários que constituem a realidade brasileira concreta – numa perspectiva histórica que envolve o passado, o presente e a projeção do *devir*. A invisibilidade do espaço rural, dos sujeitos e classes sociais do campo, das ruralidades e, finalmente, do conjunto das expressões da questão social identificado enquanto questão agrária⁶ é apenas um exemplo, que foi apontado em estudos anteriores (SANT’ANA, 2012; LUSA, 2012; NUNES, 2018).

Considerando que o problema que leva a existência desta lacuna não são os fundamentos teórico-metodológicos aportados pela teoria marxiana, levanta-se como pressuposto que esta dificuldade pode ser ocasionada pela forma como tais fundamentos estão sendo construídos pela profissão ainda durante a formação profissional (LUSA, 2012). Possivelmente é esta deficiência na formação profissional que desafia ou até mesmo impossibilita a apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade.

Mas, atenção! Deve-se considerar que “a concepção marxiana [...] da totalidade concreta, longe de ser a ingênua pretensão de conhecer todos os fatos” é “[...] a busca por conhecer tudo o que compõe um complexo social para que se constitua de determinada maneira” (SANT’ANA, 2012, p. 150). Logo, a totalidade concreta não é o simples somatório de dados retirados do cotidiano dos indivíduos sociais, pelo contrário, é a consideração do conjunto de determinantes que

⁶ Sobre as expressões da questão social como componentes da questão agrária, entende-se que “na realidade, as particularidades da questão social resultantes do embate de classes advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá inviabilizar uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho. O Serviço Social vai se relacionar com as manifestações singulares resultantes desta problemática como se elas não fossem resultado da luta de classes; o trabalhador ou ex-trabalhador será visto a partir da sua condição de usuário, será aquele que não tem comida, saúde, habitação, trabalho” (SANT’ANA, 2012, p. 151).



estruturam contraditoriamente a realidade vivida pelos indivíduos e as repercussões para a produção e reprodução social.

Isso posto, é necessário problematizar o que estaria colaborando para que o Serviço Social brasileiro permaneça realizando análises fragmentadas da realidade, ou reiterativas do pensamento que fundamenta as ações do Estado burguês no e para o campo, ou, no mínimo, realizando análises parciais dos processos societários?

Refletindo sobre a formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social Brasileiro (ABESS, 1996), observa-se que grande parte da categoria profissional acredita que a adoção dos aportes teóricos e metodológicos da teoria marxiana garante o reconhecimento da realidade concreta a partir da perspectiva da totalidade. Ora, é factual a importância e potencialidade da adoção da matriz fundamentada no materialismo histórico dialético marxista. Todavia, depois de mais de 20 anos de aprovação das Diretrizes Curriculares e da pressuposta implementação desta proposta na grande maioria dos cursos de graduação presenciais no Brasil, ainda nota-se que há dificuldades em desenvolver este tipo de leitura e análise da realidade.

3 APONTAMENTOS PARA UMA INCONCLUSÃO

O levantamento feito neste estudo sobre os três pressupostos que desafiam a abordagem da questão agrária e das ruralidades na formação profissional demonstra que há deficiência no efetivo desenvolvimento desta matriz teórica durante a formação profissional. Todavia, esta constatação é bastante preliminar e merece ser analisada com maior atenção.

Ainda assim, já evidencia-se a potencialidade transformadora que existe no espaço rural, constituído pela agricultura camponesa e familiar. Tal potencialidade decorre da relação diferenciada com a terra, enquanto fonte de trabalho, de produção e de modo de vida, em contraposição ao seu significado como mercadoria, que é efeito da sua consideração como propriedade privada no capitalismo.

Além disso, o reconhecimento de que campo e cidade conformam uma unidade dialética e contraditória, seja no âmbito das relações sociais de produção, seja no âmbito das mobilizações e lutas sociais pode ser igualmente produtor de transformações sociais, políticas e culturais. Considerar esta relação no sentido da



indissociabilidade societária insere o espaço rural como arena de disputas por projetos distintos de sociedade, quiçás fundados numa sociabilidade não aportada em relações de exploração da classe trabalhadora, mas sim de complementaridade entre famílias camponesas e proletárias na produção da vida na perspectiva de contestação à ideologia burguesa.

A partir disso, explicita-se a identificação de que as relações capitalistas que atravessam o campo são geradoras das mais diversas expressões da questão social, desde as variadas formas de desigualdades, até o agravamento da pobreza, da violência e das violações de direitos no campo, inclusive os sociais. Como efeito, deve ocorrer o reconhecimento de que os sujeitos da classe trabalhadora camponesa são sujeitos de direitos, tanto quanto aqueles que vivem e/ou trabalham no espaço urbano, o que exige que sejam considerados no planejamento e execução das políticas públicas através dos serviços e equipamentos sociais, por exemplo.

Por último, é fundamental a constatação de que a classe trabalhadora do campo é sujeito de direito que apresenta demandas institucionais para as diversas políticas sociais e requisições profissionais para o serviço social. Nesta seara, ainda que seu atendimento seja realizado em serviços e equipamentos urbanos, esta população não perde a particularidade constitutiva do modo de vida e de trabalho no campo, que se não considerada poderá comprometer seu atendimento e a efetividade de seus direitos. Por isso, uma vez considerada a direção política do Projeto Ético Político da profissão, que aponta para o fortalecimento de processos voltados a construção de outra sociabilidade, torna-se urgente a consideração de que a questão agrária, o espaço rural e a classe trabalhadora do campo não podem continuar invisibilizados pelo serviço social. Esta é uma tarefa não apenas daquelas/es que dedicam-se à questão agrária e ao espaço rural, mas de todas/os assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS-CEDEPSS). Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social & Sociedade*. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JÚNIOR, Osvaldo. *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.



p. 21-86.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. Formação, trabalho e lutas sociais. São Paulo, Cortez, n. 120, número especial, ano XXXIV, p. 609-639, dez. 2014.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008-b.

_____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LUSA, Mailiz Garibotti. *A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas*. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

_____. *Lutas sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P.. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Cíntia Florence. *Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural*. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7837>. Acesso em: 08/01/2019.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. *O agronegócio X a agricultura familiar e a reforma agrária*. Brasília: COMCRAB, 2004.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social*. *Serviço Social & Sociedade*. Formação, trabalho e lutas sociais. São Paulo, Cortez, n. 120, número especial, ano XXXIV, p. 723-666, dez. 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salette (org.) [et.al]. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 641-646.